

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PAÇOS

Moeda: EUR

Contribuinte: 504906453

Balanco Contabilístico em 14 de 2018

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		219.509,91	225.638,72
Investimentos financeiros		2.490,82	1.742,16
Subtotal		222.000,73	227.380,88
Activo corrente			
Inventários		822,63	716,22
Estado e outros entes públicos		3.175,36	3.962,34
Diferimentos		1.710,19	804,10
Outros activos correntes		3.253,81	8.793,07
Caixa e depósitos bancários		106.663,01	163.386,86
Subtotal		115.625,00	177.662,59
Total do activo		337.625,73	405.043,47
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		44.667,68	44.667,68
Resultados transitados		311.192,60	303.153,74
Outras variações no capital próprio		0,00	1.738,40
Subtotal		355.860,28	349.559,82
Resultado líquido do exercício		-56.854,67	7.959,71
Total do capital próprio		299.005,61	357.519,53
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	2.833,40
Outras contas a pagar		29.471,30	23.404,64
Subtotal		29.471,30	26.238,04
Passivo corrente			
Fornecedores		2.595,92	15.951,64
Estado e outros entes publicos		6.252,90	5.334,26
Outros Passivos correntes		300,00	0,00
Subtotal		9.148,82	21.285,90
Total do Passivo		38.620,12	47.523,94
Total do capital próprio e do passivo		337.625,73	405.043,47

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico oficial de contas

A. Manuel Beirão
António Sousa

Arabela Silva

João Manuel Fernandes Martins
Maria Manuela Freitas Silva
Paula Cristina Baptista Castro Oliveira

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PAÇOS

Moeda: EUR

Contribuinte: 504906453

Demonstração de resultados por naturezas er 13 de 2018

(modelo para ME)

Conta Pos	Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
71/72		Vendas e serviços prestados		139.516,50	127.813,31
75		Subsídios à exploração		120.247,20	94.294,83
73		Varição de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61		Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-31.832,21	-29.881,41
62		Fornecimentos e serviços externos		-42.331,13	-43.630,66
63		Gastos com pessoal		-252.797,36	-144.008,57
762	65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos		19.741,91	10.779,94
68		Outros gastos e perdas		-2.715,48	-585,65
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-50.170,57	14.781,79
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-6.684,10	-6.822,08
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-56.854,67	7.959,71
79	69	Gasto Líquido de Financiamento		0,00	0,00
		Resultado antes de impostos		-56.854,67	7.959,71
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-56.854,67	7.959,71

A. Manuel B. Silva
 António Sousa Ribeiro

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas Anabela Silva

Yoaquim Fernandes Martins
 Maria Manuel Freitas Silva
 Paul Cristina Baptista Castro de Sousa

A. Nobre
Anfri
João
Márcia
Rosa

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PAÇOS

ANEXO
2018

11/01/2017
Ana Joia
Maria
Paula

Identificação da Entidade

A “ Centro Social e Paroquial de Paços” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” segundo os estatutos impostos por lei, com sede na Rua da Igreja, nº 89, 4820-550 Paços, Fafe. Tem como atividade a prestação de serviços de apoio social a infância, juventude e serviço de apoio domiciliário á terceira idade, com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo , este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

1.2 Regime do acréscimo (periodização económica) :

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rúbricas “ devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

1.3 Consistência de Apresentação:

As demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras . Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

1.5 Compensação:

ANEXO 5
Anexo
João
Mário
Reub

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “ Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “ Outros rendimentos operacionais”.

2.2 Inventários

1. NOVO
Audi
Yoon
Man
Pauls

Os “ Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Clientes e outras contas a Receber

Os “clientes” e as “outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “ Perdas por Imparidade” são registadas na sequências de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem á diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente , no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rúbrica “ Caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

2.4 Fundos Patrimoniais

A rúbrica “ Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

1-11
Audi
Paulo

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

2.5 Provisões

Periódicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação ocorra o exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

2.6 Financiamentos Obtidos

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no nº3 do art.10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do nº5 do art.87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.88 do CIRC.

No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social, até 2000, inclusivé, cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitos a revisão.

Esta rubrica inclui as retenções efetuadas referentes ao trabalho dependente e independente, bem como o valor da restituição do IVA.

2.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período

Ant
y
Kam
Pau's

em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

2.9 Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Centro Social de Regadas cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica de “ Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração de resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

2.10 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

a demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “ Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos Tangíveis

Outros ativos fixos tangíveis

A quantia escruturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						

*Aut
João
Paulo*

Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	287 841,61	8 314,81			296 156,42
Equip. básico	31 732,76	32 579,96			32 579,96
Equip. transporte	39 575,13				39 575,13
Eq. administrativo	10 088,64				10 088,64
Outros ativos fixos tangíveis	14 590,85				14 590,85
Investimentos em curso					
Total	384 678,19				392 993,00
Edifícios e outras construções	64 389,06	4 533,28			68 922,35
Equip. básico	35 574,95	1 290,77			36 784,72
Equip. transporte	39 441,13	140,00			39 581,13
Eq. administrativo	8 384,36	779,44			9 163,80
Outros ativos fixos tangíveis	12 742,70	159,58			12 902,28
Total	160 532,20	6 822,08			167 354,28
Quantia escriturada 225 638,72					

2018

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	9 164,01			-9 164,01		0
Edifícios e outras construções	287 841,61			9 014,01		296 855,62
Equip. básico	31 732,76			150,00		31 882,76
Equip. transporte	39 575,13					39 575,13
Eq. administrativo	10 088,64					10 088,64
Outros ativos fixos tangíveis	14 500,95			89,90		14 590,85
Investimentos em curso						
Total	392 903,10			89,90		392 993,00
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	68 922,35	10 034,26		- 5 133,07		78 956,61
Equip. básico	36 784,72	97,05		6,00		31 748,70
Equip. transporte	39 581,13			-658,17		39 575,13
Eq. administrativo	9 163,80	781,17				9 286,80
Outros ativos fixos tangíveis	12 902,28	1 013,57				13 915,85
Total	167 354,28	11 926,05		-5 797,24		173 483,09

Quantia escriturada 219 509,91

Inventários

Paul

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rúbrica “ Inventários” apresentava os seguintes valores :

Descri�o	Mat�rias-primas, subsidi�rias e de consumo	Mat�rias primas, subsidi�rias e de consumo
	2017	2018
Invent�rio inicial	181,22	716,22
Compras	30 416,41	31 938,62
Reclassifica�o e regulariza�es		
Invent�rio final	716,22	822,63
CMVMC	29 881,41	31 832,21

R dito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descri�o	2018	2017
Presta�o de servi�os		
Mensalidades de utentes	139 516,50	127 813,31
Comparticipa�o de utentes		
T	139 516,50	127 813,31

Subsídios do governo e apoios do governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rúbricas de “Subsídios de Governo” e “Apoios Do Governo”:

Descri�o	2018	2017
Subs�dio do governo	120 247,20	94 294,83
Total	120 247,20	94 294,83

Benefícios dos empregados

O número de membros dos  rgaos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente de 8 elementos. De um período para o outro não se verificou nenhuma saída.

Os  rgaos diretivos não usufruem quaisquer remunera es:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 14 pessoas, tendo sido de 15 pessoas em 2018.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descri�o	2018	2017
Remunera�es ao pessoal	205 281,27	117 226,6
Encargos sobre remunera�es	41 910,42	24 232,05
Seguros de acidentes de trabalho e	1 948,29	1 830,21

*Aut
João
Ator
Paulo*

doenças profissionais		
Outros gastos com o pessoal	896,70	719,70
Total	252 797,36	144 008,57

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do decreto lei 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no decreto lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 24 de Maio de 2019.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

- **Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes C/C		
Clientes		
Utentes	144 273,56	123 770,65
Total	144 273,56	123 770,65

- **Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros devedores	3 200,67	7 957,73
Total	3 200,67	7 957,73

- **Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Outras despesas c/custo diferido	1 710,19	804,1
Total	1 710,19	804,1

- **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

Handwritten signature and name: Paulo

Caixa	456,38	2 065,27
Depósitos à ordem	106 206,63	161 321,59
Depósitos prazo		
Total	106 663,01	163 386,86

• **Fundos Patrimoniais**

Nos “fundos patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	44 667,68			44 667,68
Reservas				
Resultados Transitados	303 153,74	8 038,86		311 192,60
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 738,40		1 738,40	0
Resultado Líquido do Exercício	7 959,71		64 814,38	-56 854,67
Total	357 519,53	8 038,86	66 552,78	299 005,61

• **Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores C/C	2 595,92	15 181,94
Total	2 595,92	15 181,94

• **Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 175,36	3 962,34
Imposto sobre o rendimento	456,00	
Passivo		
Segurança Social	-5 796,90	4 780,26
Outros impostos e taxas		554
Total	-3 077,54	-1 371,92

• **Outras Contas a pagar**

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

1/10/2018
 Andy
 João
 Paulo

Ganhos em outros Instrumentos financeiros	5 533,03	600
Outros	11 915,18	8 001,49
Total	19 741,91	10 779,94

• Outros gastos e perdas

A rúbrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos		53,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	192,29	
Dívidas incobráveis		
Outros gastos e perdas*		532,6
Refeições		
Correções relativas a períodos anteriores		123,77
Quotas		
Outros	2 523,19	408,83
Total	2 715,48	585,65

*Três maiores rúbricas discriminadas por ordem decrescente

• Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0	0
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	0,00	0
Resultados financeiros	0	0

• Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos á data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Fafe, 24 de Maio de 2019

Técnico Oficial de Contas

Anabela Silva

A Direção

A Manuel Branco Monteiro
António Cunha Rodrigues
João Fernandes Martins

Mário Manuel Freitas Silva
Paulo Cristiano Baptista Castro Oliveira